

# Desenho participativo para uma proposta preliminar de um SAT no Baixo Alentejo

**Relatório Final**

**Dezembro de 2024**

## Projeto TerrAlimenta

Transição para um Sistema Alimentar Territorializado no Baixo Alentejo

**Ficha Técnica**

Título: Projeto TerrAlimenta Proposta preliminar de um SAT no Baixo Alentejo, desenvolvido no âmbito do PNAES (Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável) e financiado pelo Programa de Assistência Técnica da Rede Rural Nacional, através do PDR2020

Autoria:

Benjamim Nunes (Chamar o Futuro)

Déborah Monteiro (CIMBAL)

Livia Tirone (Chamar o Futuro)

Marta Cortegano (ESDIME)

Paola Hernandez (Universidade de Évora)

Ilustração: Anita Tirone

Fotografias. Livia Tirone e Benjamim Nunes (Chamar o Futuro)

O projeto TerrAlimenta é uma parceria:

Parceiros Informais

Colaborações externas

Parcerias Experiências Piloto

Financiamento

## Índice


| | |
|---|---|
| **Glossário** | **4** |
| **1. Introdução** | **7** |
| **2. Objetivo do relatório** | **9** |
| **3. Metodologias** | **10** |
| **4. A co-construção de um SAT** | **11** |
| **4.1 Mapeamento dos desafios identificados** | **12** |
| **4.2 Mapeamento das boas práticas territoriais** | **15** |
| **5. A co-criação de uma Visão e de um SAT** | **19** |
| **5.1 Mapa ilustrado da Bacia Alimentar** | **26** |
| **6. Recomendações para a Governança de um SAT priorizando as cantinas de restauração coletiva ´** | **27** |
| **6.1 Recomendações Relacionais para a Comunidade** | **27** |
| **6.2 Recomendações para Decisores Políticos** | **27** |
| **Referências** | **29** |

**Glossário**

| | |
|---|---|
| ADL | Associação de Desenvolvimento Local |
| AEC | Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico |
| AMAP | Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade |
| APA | Agência Portuguesa do Ambiente |
| CCDR | Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional |
| CCP | Código dos Contratos Públicos |
| CdP | Comunidade de Prática |
| CIM | Comunidade Intermunicipal |
| CCA | O Circuito Curto Agroalimentar, também às vezes conhecido como Circuito de Proximidade, corresponde à venda de produtos agroalimentares diretamente entre produtor agrícola e consumidor final ou através de um único intermediário, e que se realiza numa área geográfica de proximidade entre eles (Rodrigo et al., 2021). |
| DGADR | Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural |
| Dieta Mediterrânica | A Dieta Mediterrânica integra um padrão alimentar promotor de saúde, cujas práticas potenciam a preservação do planeta. É característica da região do Mediterrâneo, englobando países como Portugal, Chipre, Croácia, Grécia, Espanha, Itália e Marrocos. O Padrão Alimentar Mediterrânico é caracterizado por um elevado consumo de alimentos de origem vegetal, de entre os quais cereais, hortícolas e fruta, leguminosas, frutos oleaginosos, azeitonas e sementes. Este padrão recomenda ainda o azeite como a gordura de eleição e incentiva um consumo moderado de pescado, carnes brancas, ovos e laticínios, de preferência sob a forma de queijo e iogurte. Por outro lado, aconselha um baixo consumo de carnes vermelhas e processadas e um consumo moderado, às refeições principais, de vinho (Barbosa et al., 2017). A Dieta Mediterrânica também contempla conceitos como a convivialidade, promovendo o comer em conjunto, em família ou entre amigos, a partilha de saberes, de sabores e de tradições; a produção alimentar sustentável, com práticas de |

| | |
|---|---|
| | agricultura, pesca e pecuária mais amigas do ambiente; e estilos de vida que privilegiam a atividade física, o descanso adequado, a preocupação com o ambiente, a natureza, a biodiversidade e a paisagem mediterrânica, a procura de alimentos de proximidade, sazonais e preferencialmente frescos, provenientes de produção sustentável, e que incluam um sistema de valores que caracterizam os povos mediterrânicos, como a hospitalidade e a partilha de recursos e conhecimento (APN, 2020). |
| DLBC | Desenvolvimento Local de Base Comunitária |
| GPP | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral |
| ICNF | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. |
| Literacia alimentar | A literacia alimentar consiste na capacidade de cada indivíduo obter, processar e entender informação relevante sobre alimentação e de utilizar os seus conhecimentos na tomada de decisão sobre o consumo alimentar, em diferentes contextos (Ribeiro e Real, 2023). |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| RNAES | Rede Nacional para Alimentação Equilibrada e Sustentável |
| Restauração coletiva | Abastecimento de produtos agroalimentares, locais e sazonais, entregues de forma regular a cantinas/refeitórios públicos ou privados de escolas, hospitais, lares, centros de dia, empresas, serviços da administração pública, que confecionam refeições para servir em locais predefinidos, a públicos específicos (Rodrigo et al., 2021). Esta difere da restauração comercial pelo seu carácter social, e destaca-se pelo facto de as pessoas não pagarem o preço real da refeição, sendo parte do custo suportado |

| | |
|---|---|
| | pela respetiva administração ou empregador (DGADR, 2021). |
| SAL | Sistema Alimentar Local |
| SAT | Um Sistema Alimentar Territorializado é o conjunto dos diversos atores envolvidos na produção, transformação, distribuição e consumo de produtos alimentares num território específico, incluindo os produtores, intermediários, a indústria alimentar, grupos de sociedade civil, instituições do setor agrícola, as autoridades locais, etc., que operam numa escala comum territorial mas refletem as visões, ações e trajetórias, relações e interdependências de processos à escala nacional e global (Lamine et al., 2019). Por vezes usa a designação de Bacia Alimentar. |

## 1. Introdução

*(Porque desenhar uma proposta participativa de um SAT no Baixo Alentejo?)*

Este documento surge no âmbito do Projeto Terralimenta – Transição para um Sistema Alimentar Territorizalizado no Baixo Alentejo, desenvolvido no âmbito do PNAES (Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável) e financiado pelo Programa de Assistência Técnica da Rede Rural Nacional, através do PDR2020. São parceiros do projeto os GAL com atuação no Baixo Alentejo, nomeadamente, a ESDIME (líder de consórcio), a Terras Dentro, as Terras do Baixo Guadiana, a Rota do Guadiana a Alentejo XXI, a CIMBAL, os Municípios de Mértola e Odemira e a Terra Sintrópica.

O projeto tem como objetivo fortalecer e impulsionar a ação coletiva regional para a implementação de Sistemas Alimentares Territorializados que promovam uma alimentação sustentável, saudável e tendencialmente de base local. A ideia de um SAT é aqui associada ao conceito de Bacia Alimentar, ou seja, o espaço sociogeográfico e o fluxo de recursos necessário para produzir alimentos para uma determinada região. O termo, que foi usado pela primeira vez em 1929 por W.P. Hedden[1], inclui todo o fluxo alimentar associado à produção alimentar desde a sua produção até à mesa, incluindo o solo e os recursos necessários à produção, os locais de armazenagem, processamento e as rotas de transporte, os locais onde são comercializados e o destino final na mesa dos consumidores. A ideia de bacia alimentar deriva do conceito de bacia hidrográfica, mas neste caso, falamos do fluxo de alimentos em vez do fluxo da água drenado. Contudo o autor acima referido aponta que, enquanto numa bacia hidrográfica os obstáculos ao fluxo de água são na sua maioria acidentes naturais do terreno, na bacia alimentar são muito mais fatores de caracter económico a influenciar os fluxos de alimentos. Para o SAT em desenho, para além do espaço sociogeográfico e dos fluxos, considera-se também o modelo de governança associada, mas restringe-se o SAT a uma área específica da alimentação, o mercado social dos alimentos.

No projeto TerrAlimenta, as cantinas de restauração coletiva, foram escolhidas como o veículo de mudança, enquanto ferramenta ativa na alimentação de populações mais vulneráveis (crianças, jovens e idosos). Considera-se que as cantinas de restauração coletiva podem atuar decisivamente neste tema, uma vez que as decisões e práticas implementadas impactuam diretamente na alimentação deste público, mas também

[1] Walter P. Hedden (1929). *How great cities are fed*. Boston: D.C. Heath and Company. (Knapp, 1930)

indiretamente, enquanto forma de educar diferentes públicos, sejam estes os beneficiários diretos (utentes) ou indiretos (pais, funcionários, educadores, animadores, gestores, etc.). Ademais, uma vez que as cantinas das escolas se encontram sob alçada direta dos municípios, é possível fomentar uma mudança positiva ao nível da alimentação saudável, sustentável e tendencialmente de base local, a partir de políticas públicas locais.

Neste projeto explora-se, por um lado, a ideia de fomentar uma alimentação saudável e sustentável, a partir de SAL, dinamizados a nível municipal, com foco nas cantinas de restauração coletiva, mas principalmente a proposta inovadora de que, a colaboração a nível territorial, poderia ser promovida, no intuito de criar um SAT no Baixo Alentejo e, futuramente, uma Bacia Alimentar. A Bacia Alimentar seria assim o território de maior proximidade possível que permite alimentar uma região específica e nomeadamente as suas cantinas de restauração coletiva, com recurso a alimentos saudáveis e sustentáveis, através de um modelo de governança colaborativo e de sinergias entre *stakeholders* diversos.

De forma a alcançar os objetivos do projeto, foram desenvolvidas diversas visitas a projetos de boas práticas em torno do tema, bem como 5 workshops de capacitação, para as temáticas mais pertinentes. Foram visitadas escolas e cantinas de Torres Vedras e o Programa para a Alimentação Escolar Sustentável do mesmo município. Foi elaborada uma visita a Montemor-o-Novo, onde foi possível visitar a Herdade do Freixo do Meio (e as suas boas práticas de produção e comercialização), a Cooperativa Minga (e o seu modelo de governança na comercialização de produtos locais para as escolas) e ainda o Programa SMEA, para a alimentação sustentável. Foi ainda visitada a Escola dos Olivais e conhecidos os planos da Junta de Freguesia no âmbito da alimentação. Foram ainda apresentados o projeto Foodlink e o processo de planeamento alimentar para a Área Metropolitana de Lisboa.

Os workshops de capacitação incluíram temas como a contratação pública na restauração coletiva (um dos temas mais desafiantes neste projeto), mas também temas associados à dieta mediterrânica, desperdício alimentar ou ementas saudáveis.

Foram também desenvolvidas ações de sistematização de informação, que permitiram um maior conhecimento para diagnóstico e planeamento de um futuro SAT. Neste âmbito, foram primeiramente mapeadas quer a produção existente no Baixo Alentejo, passível de integrar um SAT, quer a quantidade e a proveniência dos alimentos adquiridos nas cantinas de restauração coletiva ao nível do Baixo Alentejo.

Foram dinamizados pilotos sobre o tema, com diferentes graus de complexidade, que permitiram testar e aprender sobre a complexidade do tema e de que forma, a colaboração entre territórios vizinhos pode ajudar na implementação quer de SAL, quer de um SAT.

Em todo este processo participaram diversos atores locais, como por exemplo, decisores e técnicos de municípios, incluindo profissionais de cozinha, responsáveis pela área da educação, responsáveis das compras públicas, agricultores, profissionais de saúde, educadores, nutricionistas e técnicos dos GAL, entre outros.

A última ação do projeto consistiu na dinamização de um workshop, em formato de retiro, que permitiu uma maior interação, tempo de trabalho e de conexão, para fazer o desenho participado de um possível SAT. Ou seja, a partir de toda a informação observada, apreendida e sistematizada, o conjunto de *stakeholders*, teve a oportunidade de refletir e de pensar conjuntamente os eixos de trabalho e ações prioritárias que permitem o desenvolvimento de um SAT no Baixo Alentejo. Essa reflexão é sistematizada neste documento, que reporta o trabalho participado realizado, enquanto informação de suporte para a implementação do SAT, a ser utilizada a nível regional ou enquanto inspiração para outros territórios.

## 2. Objetivo do relatório

O presente relatório tem os seguintes objetivos:

- Sistematizar o trabalho participado efetuado pelos *stakeholders*, no desenho de uma proposta preliminar de um Sistema Alimentar territorial (SAT) no Baixo Alentejo, que garanta a alimentação sustentável, seja coerente com os princípios da DM e combata o desperdício alimentar;

- Compilar recomendações para a governança do SAT, a partir das boas práticas e aprendizagens observadas ao longo de toda a implementação do projeto.

Para mais informações sobre organização de um SAL, recomenda-se complementarmente consultar as publicações Guia Como implementar um SAL nas Cantinas e o guia Aproximar, Produzir e consumir Localmente, trabalhos que foram essenciais para este projeto.

## 3. Metodologias

O foco das metodologias praticadas foi de conseguir abrir espaço para modelos de governança mais participativos para o SAT. Foram realizadas diversas sessões participativas, com os atores territoriais do sistema alimentar. Em todas as sessões foi dada voz a todos os que participaram – sem diferenciação hierárquica, nem tão pouco comportamental.

Nos momentos coletivos houve grande foco e espaço para partilha em que se colocaram em campo diversas ferramentas de interação, as quais permitiram a todos serem ouvidos e ouvirem os outros.

Uma vez que o tema de fundo deste projeto é uma profunda mudança de práticas na área da restauração coletiva, criaram-se dois tipos de momentos coletivos:

- Momentos de capacitação com especialistas e atividades que permitiram aprofundar as competências e conhecimentos dos participantes;
- Momentos de interação, em que o foco foi a colaboração transdisciplinar entre os atores neste sector;

As preocupações respetivas a uma transição do sistema alimentar trazidas pelos participantes vieram de perspetivas muito diversas. Foram trazidas para o campo do coletivo preocupações como as seguintes: a segurança do posto de trabalho; o medo do que não se conhece sempre implícito quendo se perspetiva uma mudança; ser obrigado a tomar decisões, sem o conhecimento que permite uma decisão acertada; medo de falhar; acontecerem surpresas para as quais não se está preparado; perda de confiança nas relações existentes, que fomentam o sistema atual; ter de se adaptar a novas formas de fazer, para as quais não se tem vocação ou talento;

Todas as informações relevantes neste processo foram partilhadas de igual para igual. Todas as perguntas foram bem recebidas, e respondidas da melhor forma que foi possível em cada momento. Foram criados muitos momentos para colaboração em equipa, sempre facilitados e sempre com acesso aos conhecimentos relevantes para o trabalho em campo poder fluir.

Princípios que foram colocados em campo em todas as ações:

- Respeito pelo posicionamento de todos que estão no sistema alimentar;
- Consideração de todas as perspetivas trazidas pelos participantes;

- Momentos para alinhamento de valores entre os participantes;
- Tomada de decisões tanto quanto possível assente em consenso incluindo todos os participantes;
- Transdisciplinaridade e transparência na tomada de decisões;
- Participar como indivíduo no coletivo (largar o apego a cargos);

## 4. A co-construção de um SAT

A colaboração e a troca de recursos são fundamentais para sustentar sistemas alimentares territorializados (SAT), já que as partes interessadas são fortemente interdependentes do ponto de vista ecológico, apesar de terem valores e objetivos divergentes, e onde o conhecimento é fragmentado. A promoção da governança de base depende, portanto, em grande medida, da capacidade dos intervenientes de trocar recursos, aprender e colaborar entre níveis institucionais, bem como entre diferentes unidades espaciais e sociais.

A construção de um SAT está intimamente ligada ao acesso a recursos materiais e imateriais, incluindo alimentos frescos saudáveis e nutritivos, que é largamente influenciado pela rede de relações sociais do território entre os diferentes atores. Estas redes envolvem uma variedade de partes interessadas individuais, principalmente agricultores, bem como partes interessadas organizacionais, como atores privados (por exemplo, empresas distribuidoras de alimentos) e a administração local, incluindo outros atores implicados no desenvolvimento rural. A compreensão das interações entre as partes interessadas, representadas sob a forma de redes, pode ajudar a identificar os desafios e as boas práticas existentes em torno da promoção duma alimentação sustentável no território, ou, dito de outra forma, a circulação de recursos materiais ou imateriais nas áreas de atuação precisas de ser ativadas e para perceber com quem se pode colaborar (Labeyrie et al., 2020).

Ao longo do projeto TerrAlimenta foram identificadas temáticas e parcerias relevantes na construção dum SAT no Baixo Alentejo as quais foram validadas em conjunto pelas pessoas que participaram no retiro final do projeto (decorrido perto a Ourique a 17 e 18 de setembro 2024).

### 4.1 Mapeamento dos desafios identificados

No decorrer do processo participado (retiro final do projeto) foram identificados oito (8) grupos de desafios, correspondente às áreas onde se reconheceram as limitações que devem ser ultrapassadas ou os atores que devem ser mobilizados para avançar na implementação dum SAT.






*Figuras 1: Retiro final do projeto. Exercício coletivo de identificação dos desafios na construção de um SAT. Exercício de identificação dos Atores Territoriais relevantes por área*.

Identificam-se esses oito desafios, incluindo-se uma breve explicação sobre o que significam os mesmos, na perceção dos *stakeholders* envolvidos:

1. Crenças limitadoras: esta categoria inclui as ideias ou abordagens que limitam o avanço para a implementação dum SAT. A resistência de certos atores (por ex., encarregados de educação, cozinheiras, educadores ou auxiliares de educação) para aceitarem formas inovadoras de preparar as refeições identifica-se como um desafio para a discussão construtiva. O foco em manter os custos baixos nas refeições surge também neste subgrupo, onde se destaca a necessidade de ultrapassar a perceção comum de 'não há verba', 'é muito caro', 'isso é ilegal'. A falta de sensibilização das pessoas gestoras para as questões alimentares nutricionais e o pouco interesse por todas as partes que deverão estar envolvidas mostram-se, de igual forma, como limitações para gerar recursos e construir novas formas de fazer à base dos recursos da comunidade.

2. Logística e distribuição: os aspetos constatados neste subgrupo incluem a logística para facilitar o recebimento dos alimentos frescos, como por exemplo o sistema de armazenamento e refrigeração nas cozinhas, e os custos de transporte e de entrega das refeições. Desafios específicos observados no território do Baixo Alentejo incluem o isolamento geográfico e económico do território, a dificuldade de envolver os distribuidores e vendedores existentes, encontrar produtores que consigam entregar em locais isolados, e a oferta reduzida de fornecedores devido à posição geográfica de acesso limitado.

3. Capacitação/literacia alimentar: identifica-se nesta categoria a necessidade de capacitar os atores no sistema alimentar para trabalhar o 'mindset', fornecer o pessoal com formação específica para trabalhar nas cozinhas, e sensibilizar os atores locais. Esta área surge perante o reconhecimento da resistência das cozinheiras para as mudanças nas ementas, a falta de comunicação e de trabalho coletivo, e a falta de noção ou interesse nas questões de saúde alimentar. Soluções propostas incluem a criação de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico (AEC) para pais, a partilha de informação entre todos os intervenientes ('comunidade educativa'), e promover a capacitação das pessoas para ajudar os municípios no processo de SAL.

4. Produção: apercebe-se a criação de uma estratégia de produção local agroecológica que permita o planeamento e articulação entre a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos, como o maior desafio para ultrapassar a insuficiência de produção de alimentos frescos a nível local para abastecer as cantinas. A incapacidade de organizar a produção perante o isolamento dos produtores (trabalho individualizado), o facto que a agricultura não é uma profissão rentável, e as alterações climáticas, são algumas das maiores dificuldades assinaladas nesta categoria. Para contornar este desafio, nota-se essencial o desenvolvimento dum sistema de produção agrícola local que permita encontrar terras e colocar pessoas a produzir em territórios despovoados, desenvolver uma economia fluvial, apoiar os fornecedores e os produtores locais, e promover os SAL nas IPSS e a autoprodução.

5. Colaboração : neste subgrupo constata-se a necessidade de alimentar um processo colaborativo e a nível de território para criar um SAT com base numa estratégia local abrangente e consentida com os diversos atores. Os maiores desafios identificados incluem a falta de ligação entre o pessoal das compras públicas e da produção, o envolvimento das juntas de freguesia, e a falta de compromisso dos agentes gestores e dos decisores políticos para o processo. Para abordar isto, propõem-se trabalhar a confiança, desenvolver a articulação entre municípios, especialmente as NUTS3 adjacentes, o contato e interação constante com os produtores contratados, e a definição de compromissos estratégicos por parte dos decisores.

6. Recursos humanos: um aspeto destacado como desafio é a falta de apoio técnico aos recursos humanos em todas as áreas vinculadas ao SAT. Reconhece-se, especialmente, a falta de profissionais nas cozinhas – devido em grande parte pela precariedade laboral das cozinheiras, a falta de pessoal técnico afeto ao tema (por ex., economato), e a falta de nutricionistas nas entidades. Principalmente, observa-se a necessidade de criar equipas multidisciplinares nas autarquias que permitam abordar estas falências de forma integral.

7. Avaliação: observa-se que uma das maiores dificuldades na implementação dum SAT reside na impossibilidade de dar continuidade aos processos e iniciativas territoriais. Para isto, sugere-se referenciar os ODS para avaliar de forma contínua o sistema alimentar e incorporar as melhorias, desde a produção até o desperdício alimentar.

8. Contratação pública: reconhece-se como fundamental ultrapassar a falta de conhecimento sobre as compras públicas alimentares, especialmente sobre as leis do que se pode ou não fazer (por ex., como se compra fresco?), para assim adaptar os lotes nos cadernos de encargo à produção local. Nesta área observa-se uma falta de ligação entre o pessoal responsável pela tomada de decisões das compras públicas e a produção local.

### 4.2 Mapeamento das boas práticas territoriais

As boas práticas identificadas coletivamente a acontecer no Baixo Alentejo podem organizar-se em 3 categorias: i) organizações ativas, ii) iniciativas existentes, e iii) práticas promovidos.





*Figura 2: Retiro final do projeto. Exercício coletivo de identificação de boas práticas relevantes na construção de um SAT. Mapa geográfico com as boas práticas identificadas no Baixo Alentejo*

i) Organizações ativas:

| **Nome da organização** | **Localidade** | **Área de intervenção** | **Contato** |
|---|---|---|---|
| ESDIME | Castro Verde | Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste. | https://www.esdime.pt |
| Associação Agricultores do Campo Branco | Castro Verde | Organização de produtores pecuários. | https://www.aacb.pt |
| Associação Agroecológica Algarve | Tavira | Produção biológica. | https://al-bio.pt |
| PREC (Processo Regenerativo em Curso) | Mértola | Mercearia e Restaurante de refeições vegetarianas, confecionadas com produtos locais, sazonais e regenerativos. | https://terrasintropica.com/en/projetos/prec/ |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cooperativa Regenerativa | Odemira | Cooperativa integral. | https://www.regenerativa.pt |
| A Cerquinha | Grândola | Horta biológica e mercearia. | https://www.acerquinha.com |
| Rede Alimentar de Mértola | Mértola | Processo de networking com o objetivo de implementar um sistema alimentar de base local. | https://www.mertolafuturelab.com/blog/portfolio/rede-alimentar-mertola/ |
| Asociación de Agricultura Regenerativa | Espanha e Portugal | Agricultura e Pecuária Regenerativa na Península Ibérica | https://www.agriculturaregenerativa.es |
| Quinta do Freixo | Loulé | Agricultura e pecuária em modo de produção biológico e Turismo Rural. | https://www.saia.pt/sobre-quinta-do-freixo/ |
| Cooperativa Minga | Montemor-o-Novo | Cooperativa integral de comercialização, habitação e construção, agrícola e serviço. | https://mingamontemor.pt |
| Gandum Village | Montemor-o-Novo | Espaço rural de turismo, co-working e restauração sustentáveis. | https://www.gandum.pt |
| Montado do Freixo do Meio | Montemor-o-Novo | Agricultura, transformação e pecuária em modo de produção biológico. | https://freixodomeio.pt/ |
| O Prato Certo | | Plataforma colaborativa da Rede Nacional para Alimentação Equilibrada e Sustentável (RNAES) | https://www.pratocerto.pt |
| MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento | Évora | Sustentabilidade de ecossistemas e sistemas alimentares no contexto mediterrânico. | https://www.med.uevora.pt/pt/ |

| | | | |
|---|---|---|---|
| CARES | Mértola | Centro de Agroecologia e Regeneração para o Semiárido. | https://terrasintropica.com/projetos/cares/ |

ii) Iniciativas existentes:

| **Nome da iniciativa** | **Localidade** | **Descrição** | **Entidade promotora** |
|---|---|---|---|
| Mercadinho / Mercado de produtores | Beja, Ourique, Castro Verde, Aljustrel, Mértola, Levante (2x) | Venda direita de produtos alimentares frescos, sazonais, biológicos ou regenerativos. | Municípios |
| Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP) | Beja | Comercialização de produtos sazonais em circuito curto de proximidade. | |
| AEC Hortas Florestas | Mértola | Programa extracurricular nas escolas, onde as crianças plantam, cuidam, colhem e comem o resultado do seu cultivo. | Município de Mértola e Terra Sintrópica |
| AEC Alimentação | Castro Verde<br><br>Mértola | Sensibilização das crianças (incl. educadores formais e informais, encarregados de educação) para a mudança de hábitos alimentares mais saudáveis, equilibrados, sazonais, sustentáveis e com menor pegada ecológica possível, seguindo os princípios da Dieta Mediterrânica | Câmara Municipal de Castro Verde<br><br>Município de Mértola |
| Projeto Pastagens Regenerativas | Ourique, Castro Verde, Mértola | Investigação participativa e comunidade de Prática sobre o Keyline design, Maneio Holístico, o Pastoreio Dirigido e o pastoreio regenerativo. | ESDIME |
| Piloto Alimentos de base local, Dieta mediterrânica e Desperdício Alimentar | Ourique | Ação piloto nas escolas de Ourique com alteração da ementa de acordo com dieta Mediterrânica e contabilização do desperdício alimentar. Introdução de carnes de origem local | CM Ourique e CIMBAL |
| À noite do mercado | Mértola | Iniciativa de envolvimento comunitário em torno da alimentação local, saudável, sazonal e identidade territorial | CM Mértola e AEVG |
| Programa Evolução Alimentar | Mértola, Lisboa, Odemira, Montemor-o-Novo | Programa que avalia 3 vertentes – coliderança, alimentação regenerativa e agricultura regenerativa – na promoção de um novo sistema agroalimentar assente no cuidado com as pessoas e com a terra. | Cooperativa Chamar o Futuro |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cabaz Fresco do Mar | Fuzeta | Comercialização de pescado da costa algarvia em circuitos de proximidade. | Associação de Pescadores da Fuzeta |
| Lota de peixe | Olhão, Lagos, Portimão | | |
| Implementação da ementa sazonal nas cantinas de restauração coletiva | Mértola | Adaptação das ementas à sazonalidade da produção em Mértola | Município de Mértola |
| Alcagoita BIO | Aljezur | Produção biológica de amendoim. | |
| SEMEA | Montemor-o-Novo | | Município de Montemor-o-Novo |
| Porcus Natura | Montemor-o-Novo | Produção sustentável e holística de alimentos, valorizando a genética dos porcos alentejanos e promovendo práticas regenerativas no manejo dos animais e do solo. | Herdade de S. Luís/Sociedade ABSOLUTO |
| PROVERE Território Regenerativo | Baixo Alentejo | Estratégia de Eficiência Coletiva em torno da valorização dos bens e serviços associados à Agrofloresta mediterrânica multifuncional | Município de Almodôvar + consórcio de 60 entidades |

iii) Práticas e valores:

Algumas práticas e valores foram também identificados pelos participantes como fundamentais para o processo de co-construção de um SAT e existentes ao nível do território de intervenção, nomeadamente:

- Circuitos curtos, Agroflorestas, Conhecimentos teóricos de agroecologia

- Planificação, Inspiração, Resiliência, Conhecimento, Colaboração, Comunidade empoderada, Paixão pelo território.

As interpelações entre os diferentes *stakeholders* associadas aos valores acima foram ainda trabalhados de forma ativa através de uma dinâmica de grupo:



*Figura 3. Retiro final do projeto. Exercício coletivo (dinâmica) sobre interpelações e co-dependências num sistema vivo.*

**5. A co-criação de uma Visão e de um SAT**

A construção da visão do SAT foi feita em 2 etapas e através de duas dinâmicas diferentes. Numa primeira fase, cada indivíduo, de forma pessoal, refletia e escrevia a sua visão para o futuro (associada a um sistema alimentar territorializado sustentável e saudável). Cada reflexão pessoal foi partilhada e, numa segunda fase e através de uma outra dinâmica foi realizado um trabalho em grupo para criar uma visão coletiva e abrangente com a qual todos os participantes se identificam.

A visão final consensualizada foi a seguinte:

**Em 2050 comunidades soberanas colaboram holisticamente e celebram o bem-estar, a felicidade e a abundância alimentar que, em consenso, conseguem assegurar neste território regenerativo repleto de vida.**



Figura 4. Retiro final do projeto. Co-criação da Visão estratégica.

A partir da visão consensualizada e dos desafios atrás referidos, foram organizados coletivamente 4 eixos de intervenção, que foram depois café trabalhados em CANVAS de projeto, a partir dum formato inspirado no world, a saber:

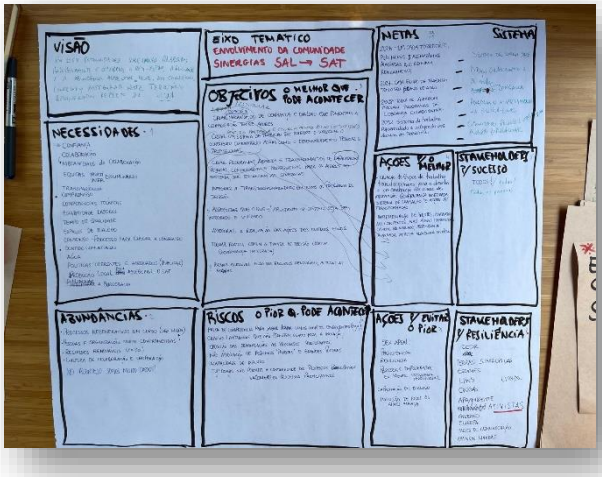
Eixo 1: Envolvimento da comunidade. Sinergias SAL ao SAT

Eixo 2: Compra pública / Política publica e Avaliação

Eixo 3: Educação, saúde, literacia alimentar e identidade cultural

Eixo 4: Produção sustentável/desperdício alimentar/logística, distribuição e transporte





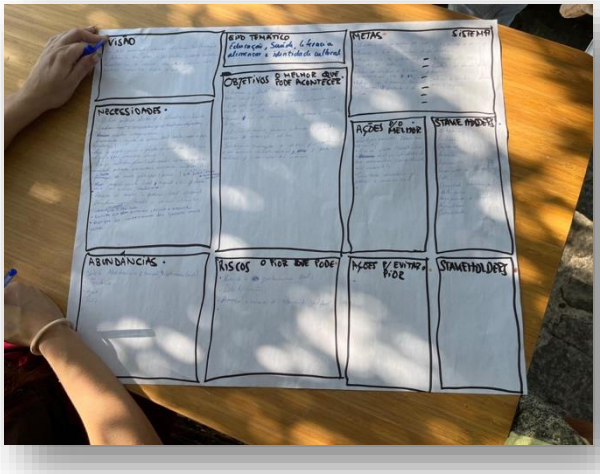




Figura 5 - Retiro final do projeto. Co-criação dos *CANVA*

## VISÃO PARA UM SAT

**Em 2050 comunidades soberanas colaboram holisticamente e celebram o bem-estar, a felicidade e a abundância alimentar que, em consenso, conseguem assegurar neste território regenerativo repleto de vida.**

## NECESSIDADES / DESAFIOS

Confiança, abolição da burocracia
Transparência
Sentido comunitário, Espaços de dialogo,
Mecanismos de colaboração
Processos para chegar a consenso
Competências técnicas a partir de equipas inter e transdisciplinares,
Tornar mais abertos os os silos de conhecimento
Comprometimento, estabilidade e sentido de serviço no trabalho
Tempo de qualidade no trabalho
Água e produção local para assegurar o SAT
Políticas publicas coerentes e adequadas

## ABUNDÂNCIAS DO SISTEMA

Processos regenerativos em curso (mapa)
Pessoas generosas e organizações comprometidas, que cultivam a colaboração e cooperação
Recursos renováveis (por ex. o sol)
Resiliência
Carinho pelo lugar

## EIXO TEMÁTICO

**Envolvimento da comunidade.**
**Sinergias SAL >> SAT**

## OBJETIVOS (o melhor que pode acontecer)

Tornar prática comum a tomada de decisão coletiva (governança integrada);
Estimular espaços e mecanismos de confiança e dialogo;
Integrar a inter- e transdisciplinaridade em todos os processos de decisão
Criar sentido de pertença e envolvimento ativo comunidade
Fomentar programas abertos e transformativos de capacitação
Assegurar que a abundância no sistema seja bem integrada e utilizada
Tornar acessível o uso dos recursos renováveis a todas as escalas
Fomentar uma cultura de retenção, infiltração e reutilização da água e regeneração dos solos
Políticas públicas que favoreçam a soberania alimentar territorial (produção, distribuição e consumo local)

## RISCOS (o pior que pode acontecer)

Falta de competência para saber lidar com os conflitos emergentes
Não abdicação de pequenos 'poderes' e grandes poderes (ego)
Crenças limitadoras que não permitem o salto para a inovação
Oposição de pessoas e organizações a processos participativos
Incapacidade de diálogo
Políticas *top-down* não valorizam processos de base local

## METAS

2026: em cada território: pelo menos 3 assembleias alargadas que reúnem regularmente;
2027: cada grupo de trabalho tem o seu plano de ação;
2028: todos os autarcas fizeram programas de liderança colaborativa;
2032: sistema de trabalho reformulado e adaptado aos desafios do território;
2035: todas as cantinas de restauração coletiva publica fazem parte do SAT

## AÇÕES PARA O MELHOR

Criar espaços e mecanismos de confiança e dialogo que fomentem a colaboração entre atores
Criar um sistema de trabalho que integre e valorize o contributo comunitário, assim como o desenvolvimento pessoal e profissional
Criar programas abertos e transformativos de capacitação pessoal, comunitária e profissional para os atores do sistema, que estimulem as sinergias
Criação de grupos de trabalho transdisciplinares para o desenho e co-construção das áreas de intervenção: governança integrada, sistema de trabalho e capacitação integral e ações comunitárias para a transição
Implementação de pilotos, adaptados aos contextos, nas áreas identificadas (por ex., AEC, "A Noite no mercado", "Assembleia Alargada da Rede Alimentar de Mértola", etc.)
Revindicar a criação de uma Secretaria de Estado da Transição Agroecológica e Alimentação Saudável e Sustentável
Assegurar a realização e articulação das ações dos outros eixos.

## AÇÕES PARA EVITAR O PIOR

Seduzir todos os atores para integrarem o processo de transição
Não abdicar dos valores e princípios consensualizados
Fomentar a prosperidade territorial (para além do modo Resiliência)
Fortalecer e empoderar as parcerias em curso (ex. PROVERE, DLBC)

## IMPACTO NO SISTEMA

Aumento da produção local sustentável e da soberania alimentar;
Comunidades locais empoderadas, colaborativas e felizes;
Processos de decisão participados, de base local e continuos
Politicas nacionais, regionais e locais coerentes com as necessidades dos territorios
Comunidades felizes e integras
Aumento populacional

## STAKEHOLDERS PARA O SUCESSO

Todas as pessoas e entidades.

## STAKEHOLDERS PARA A RESILIÊNCIA

- CCDR
- Associacoes locais, GAL e ONGA
- CIMBAL
- APAAMBIENTE
- Ativistas e Ativadores
- Governo (Ministerio para a Transicao Agroecologica e Alimentacao saudável e sustentável)
- Autarquias
- Deputados europeus
- Meios de comunicação
- Opinion makers

**VISÃO**
**Em 2050 comunidades soberanas colaboram holisticamente e celebram o bem-estar, a felicidade e a abundância alimentar que, em consenso, conseguem assegurar neste território regenerativo repleto de vida.**

**NECESSIDADES**
Código de compras públicas simples e coerente com a saúde humana, dos solos e dos ecosistemas
Recursos financeiros alocados ao sistema alimentar local
Recursos humanos com as competências e compromisso para implementar compras publicas coerentes com a visão
Literacia alimentar, e capacidade de intervenção cívica e política
Estratégias alimentares locais
Processos de decisão em igualdade de género

**ABUNDÂNCIAS**
Espaço para produção alimentar
Conhecimento do território
Água dos perímetros de rega (ex: Alqueva)
Produção animal e culturas de produção intensiva
Base de dados de produtores
Pessoas motivadas para transição agro-ecológica

**EIXO TEMÁTICO**
**Compra pública / política publica e avaliação**

**OBJETIVOS**
Articular politicas dos diferentes ministérios para a discriminação positiva na implementação dos SAT
Fomentar a participação ativa e organizada da sociedade civil na definição de políticas e tomada de decisões
Promover uma maior autonomia territo adaptando a legislação ao contexto do território
Priorizar politicamente a implementação dos SAL e SAT em parcerias com as CIM e CCDR
Assegurar um código de compras públicas simples e coerente com a saúde humana, dos solos e dos ecossistemas
Garantir políticas e financiamentos públicos coerentes com a visão, formadas a partir de processos participativos e em igualdade de género
Assegurar que todos os municípios têm estratégias alimentares locais

**RISCOS**
Processos antidemocráticos e segregadores impedem a participação local
Inércia coletiva
Descredibilização do tema na opinião pública
Incapacidade de alocar os recursos financeiros existentes para a transição alimentar
Políticas públicas incoerente com a visão

**METAS**
Até 2026: todos os municípios têm task forces transdisciplinares para a construção de estratégias alimentares locais
Ate 2027: 2 novos SAL pilotos implementados
Até 2028: os municípios têm recursos humanos suficientes e capacitados para a implementação dos SAT
Até 2030: um CCA coerente com a visão
Até 2035: um SAT implementado no Baixo Alentejo, Politicas publicas são definidas pelas comunidades

**AÇÕES PARA O MELHOR**
Criar as task forces transdisciplinares para a construção de estratégias alimentares locais
Implementar assembleias de comunidade que desenham os SAL
Desenvolver ações de sensibilização, capacitação e de envolvimento das populações para os SAL
Desenvolver ações de Benchmarking de legislação e boas praticas nacionais e internacionais
Fomentar a articulação entre os vários SAL para construir o SAT
Desenvolver Projetos-piloto ao nível dos CCA nas compras públicas
Propor medidas de discriminação positiva para o abastecimento das cantinas a partir de produção local regenerativa
Criar processos participados que contribuam para alterar e simplificar o CCP

**AÇÕES PARA EVITAR O PIOR**
Empoderar as comunidades
Planear para o caso de haver catástrofes
Implementar as acoes para o melhor

**IMPACTO NO SISTEMA**
Aumento da prosperidade económica local
Redução da pegada ecológica da alimentação
Aumento exponencial da Biodiversidade

**STAKEHOLDERS PARA O SUCESSO**
DGADR e
Gabinete de Políticas Públicas
Ministérios de Agricultura, Ambiente, Educacao e Saude
Autarquias (equipas interdisciplinatres)
CIMBAL
CCDR
Nutricionistas
Escolas e Universidades
Agricultores e suas associações
ADL e GAL
Distribuidores
Sociedade Civil
Pais

**STAKEHOLDERS PARA A RESILIÊNCIA**
União Europeia
Associações da sociedade civil locais, nacionais e internacionais

## VISÃO

**Em 2050 comunidades soberanas colaboram holísticamente e celebram o bem-estar, a felicidade e a abundância alimentar que, em consenso, conseguem assegurar neste território regenerativo repleto de vida.**

## DESAFIOS

Políticas públicas insuficientes e desarticuladas ao nível da Alimentação Saudável e Sustentável
Pensamento e processos de decisão fragmentado e setorial
Perda da cultura alimentar mediterrânica
Iliteracia alimentar
Produção agrícola local insuficiente
Ementas desalinhadas com a produção local e sazonalidade
* Tirania do preço mais baixo nas compras públicas, sem considerar o impacto societal e financeiro no longo prazo (exemplo: excesso de batata nas ementas, carnes processadas)

## ABUNDÂNCIAS

Cultura da Dieta Mediterrânica;
Extensão Territorial;

## RISCOS (o pior que pode acontecer)

*Políticas públicas não respondem às necessidades de saúde pública
*Mentalidade silo elimina sinergias
Perda da cultura alimentar local;
Intensificação da desertificação e processos de contaminação (solo e água) impedem a produção agrícola
Aumento e domínio de oferta alimentar inadequada (ex: restaurantes "*fast food*", *ultraprocessados, refeições pré-preparadas)*

## EIXO TEMÁTICO

**Educação, Saúde, Literacia Alimentar e Identidade Cultural**

## OBJETIVOS

Promover a multidisciplinaridade e governança multinível no processo de decisão e implementação
Promover a Dieta Mediterrânica em todas as escolas do Baixo Alentejo
Assegurar a passagem do conhecimento das gerações mais velhas
Sensibilizar sobre a importância do consumo alimentar saudável e sustentável, destinada aos pais/encarregados de educação dos alunos do Baixo Alentejo;
Aumentar a literacia alimentar da comunidade;
Aumentar a Produção agrícola local e sazonal para o abastecimento das cantinas de restauração coletiva;
Eliminar todos os alimentos nocivos (açúcar, fritos, *carnes processadas, etc.) das cantinas escolares
* Promover a mudança de mentalidades e de paradigma para imaginar e implementar um futuro sistema alimentar totalmente positivo

## AÇÕES PARA EVITAR O PIOR

*Informar e influenciar os decisores políticos sobre as necessidades de saúde pública e a sua interdependência com a alimentação
*Criar mecanismos de pressão pública (campanhas ativistas) sobre o tema
*Redesenhar criativamente e de forma participada e intergeracional uma cultura alimentar local baseada na sustentabilidade dos ecossistemas e na saúde pública
Promover relações positivas entre equipas multidisciplinares que ajudam a pensar e a lidar com os desafios

## METAS

Eliminar o açúcar das cantinas escolares até 2026 e fritos até 2028;
Usar apenas o azeite como gordura na confeção e preparação dos alimentos até 2028;
Incluir conteúdos sobre literacia alimentar no conteúdo curricular em todas as escolas até ao ano letivo 2028/2029;
Todas as cozinheiras das cantinas receberam formação adequada até 2030;
Os beneficiários das cantinas estão capacitados para exigir e escolher refeições saudáveis e sustentáveis;
Todas as ementas incluem pelo menos 75% de produtos locais e sazonais até 2028.

## AÇÕES PARA O MELHOR

Criar a Secretaria de Estado da Transição Agroecológica e Alimentação Saudável e Sustentável
Criar equipas multidisciplinares (nutricionistas, cozinheiras, auxiliares, professores, educadores, enfermeiros, médicos...) responsáveis pela implementação de SAL e SAT;
Realizar Encontros Intergeracionais;
Levantamento e registos da cultura local;
Realizar mercados locais e Feiras da Dieta Mediterrânica;
Realizar eventos culturais regulares focados na alimentação e saúde (ex: datas comemorativas);
Desenvolver programas e conteúdos de capacitação que trabalhem a temática da alimentação saudável e sustentável (do campo ao prato), adaptados a diferentes públicos;
Integrar programas de literacia alimentar no currículo do 1.º Ciclo;
Criar hortas comunitárias para produção e consumo local;
*Implementar ações do Canvas Produção Local
* Garantir que as compras públicas não incluem alimentos nocivos à saúde;
*Desenvolver programas e implementar ferramentas de Liderança Colaborativa, Design thinking, Pensamento criativo e Inovação.

## IMPACTO NO SISTEMA

Diminuição da carga de doenças crónicas não transmissíveis na população
Diminuição da obesidade infantil
Diminuição dos encargos para o SNS
Território mais sustentável, com capacidade produtiva adequada às necessidades das cantinas e de uma alimentação saudável

## STAKEHOLDERS PARA O SUCESSO

Nutricionistas
Professores
Cozinheiras
Auxiliares
Enfermeiros
Encarregados de Educação
Grupos de Ação Local
CIMBAL
Autarquias;
Comunidade Escolar;
Agricultores;
Comunidade;

## STAKEHOLDERS PARA A RESILIÊNCIA

Universidades
ONGs e grupos cívicos
Direção Geral de Saúde e DG Educação
Todos os anteriores

## VISÃO

**Em 2050 comunidades soberanas colaboram holisticamente e celebram o bem-estar, a felicidade e a abundância alimentar que, em consenso, conseguem assegurar neste território regenerativo repleto de vida.**

## NECESSIDADES / DESAFIOS

Água, solo e árvores
Produtores locais de alimentos frescos
Áreas de produção na proximidade das comunidades
Recursos Humanos qualificados suficientes, disponíveis e comprometidos com os sistemas alimentares locais
Conhecimento em produção regenerativa
Cooperação e colaboração entre atores
Literacia alimentar
Acesso a material de propagação adaptado
Produção articulada com as necessidades da restauração coletiva
Rede de centros de logística alimentar comunitários
Sistema de distribuição eficiente
Políticas públicas coerentes e adequadas
Recursos financeiros alocados ao sistema alimentar local
Abolir o desperdício alimentar

## ABUNDÂNCIAS DO SISTEMA

Espaço para produção alimentar
Disponibilidade para transição agro-ecológica
Rede ibérica colaborativa de competências-pessoas-organizações
Projetos inspiradores de boas práticas locais

## EIXO TEMÁTICO

**PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL/DESPERDÍCIO ALIMENTAR/LOGÍSTICA, DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE**

## OBJETIVOS (o melhor que pode acontecer)

Semear água
Aumentar a produção regenerativa holística local isenta de produtos tóxicos
Assegurar fornecimento local e de proximidade (Km0, CCA, AMAP)
Capacitar para um consumo alimentar saudável e sustentável
Criar espaços de propagação e armazenamento para plantas adaptadas (viveiros e bancos de sementes)
Introduzir mecanismos para quantificar as porções e reintegrar o desperdício alimentar
Promover sistemas de produção (bio)diversos
Implementar soluções ecológicas eficazes de logística e transporte
Desenvolver mecanismos de planeamento participado que articulem as necessidades das cantinas e a oferta de produção local
Garantir políticas e financiamentos públicos coerentes com a visão, formadas a partir de processos participativos e da inteligência coletiva do território

## RISCOS (o pior que pode acontecer)

Políticas públicas seguem caminho incoerente com a visão
Agravamento das Alterações Climáticas impossibilitam a produção alimentar e a vida
Processos antidemocráticos e segregadores impe a participação local
Supremacia tecnológica anula sistemas agrícolas regenerativos e biodiversos
Despovoamento total das zonas rurais

## METAS

Até 2026: Foram desenhadas paisagens de retenção de água piloto
2026: Municípios de Castro Verde e Ourique criaram metas do respetivo SAL (Mértola já tem)
2028: 200 agricultores fazem parte de redes e comunidades de práticas regenerativas
2030: Implementação de um SAT, 80% das refeições das Cantinas de restauração coletiva são de produção regenerativa
2040: Foram implementadas as metas do Plano de Paisagem de retenção de Água

## IMPACTO NO SISTEMA

Desertificação parou e os solos estão regenerados
Saúde da população melhorou
Densidade populacional equilibrada

## AÇÕES PARA O MELHOR

Impulsionar campos demonstrativos e quintas farol
Dinamizar Comunidades de Prática regenerativas inter- e transdisciplinares (produtores, GAL, academia, etc.)
Implementar e replicar técnicas de retenção de água na paisagem
Desenvolver ações lúdico-pedagógicas e de capacitação para evitar o Desperdício Alimentar e fomentar a circularidade e técnicas de reincorporação do desperdício alimentar (cobertura do solo, compostagem etc.)
Desenvolver concursos de ideias para criar soluções inovadoras de logística e transportes para o SAT
Garantir apoios no DLBC adequados ao cumprimento das ações (majoração e priorização)
Revindicar a criação de uma Secretaria de Estado da Transição Agroecologica e Alimentação Saudável e Sustentável

## AÇÕES PARA EVITAR O PIOR

Empoderamento das comunidades
Criar uma Task Force para implementar o Cordão Verde Ibérico
Promover competências manuais e emocionais de ligação a terra

## STAKEHOLDERS PARA O SUCESSO

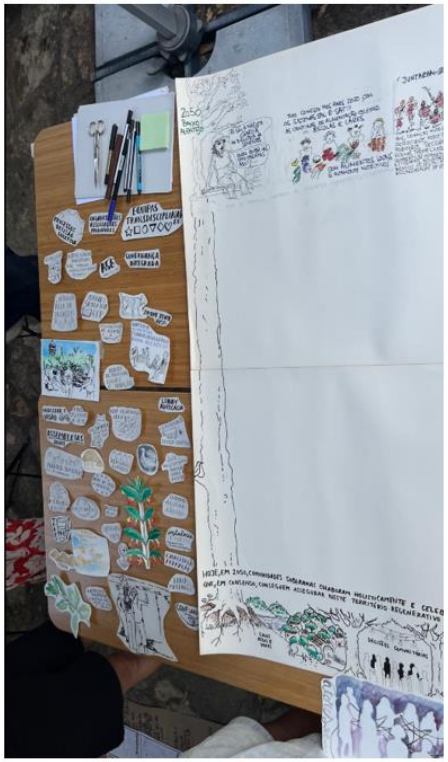
Agricultores regenerativos
GAL e ADL/ONG
Técnicos e operacionais dos municípios
Agricultores e suas associações
Estudantes da área e I&DT
Escolas e Ensino Profissionais
Associação de Agric. Reg. Ibérica
Fundação Aland
Entidades externas facilitadoras
Técnicas especializados em retenção de água, agricultura regenerativa, economia circular, transportes ecológicos, arquitetura bioclimática, compostagem
DGADR, CCDR, ICNF, APA
Comunidades locais

## STAKEHOLDERS PARA A RESILIÊNCIA

Os acime e +:
Parceiros Cordão Verde e de projetos de boas práticas regionais
Cooperativas Integrais e de Transição
(Ministério/Direção Regional de Educação)

### 5.1 Mapa ilustrado da Bacia Alimentar

Os inputs e ideias geradas ao longo dos 2 dias foram seguidamente representados de forma gráfica, com o apoio de uma ilustradora e com os contributos finais de todos os participantes.







Hoje, em 2050 comunidades soberanas colaboram holisticamente e celebram o bem-estar, a felicidade e a abundância alimentar que, em consenso, conseguem assegurar neste território regenerativo repleto de vida.

Figura 6 - Retiro final do projeto. Composição pela Ilustradora em modelo “live drawing” dos elementos que constituem um SAT, e Co-criação do do desenho que representa o caminho do SAT priorizando as cantinas de restauração coletiva.

## 6.Recomendações para a Governança de um SAT priorizando as cantinas de restauração coletiva

### 6.1 Recomendações Relacionais para a Comunidade:

Para assegurar a transição do sistema alimentar para um SAT, é importante que se possa manter continuidade da rede que com este projeto foi ativada.

Provavelmente um dos maiores desafios deste território é a acomodação à perceção de que nele impera escassez. Quase como se outro estado de graça não pudesse perdurar porque não é o adequado. Em linguagem de psicologia o psicoterapeuta diria que existiu trauma e que este não foi curado. Concluindo: é importante apoiar o processo de mudança de mentalidade.

Com a experiência ganha ao longo da execução deste processo / projeto, recomenda-se que sejam asseguradas as seguintes ações:

· Criar uma cultura de partilha de saberes (sucessos e insucessos, aprendizagens e possibilidades);

· Angariar o apoio financeiro necessário para assegurar as atividades transversais e específicas, de modo contínuo, que permitem manter a rede de entidades e indivíduos viva e a fluir;

· Alargar o leque de organizações com atividades e foco territorial, para participarem no processo de transição para um SAT;

· Ativa e continuamente convidar e envolver novas entidades que atuam no território no sistema alimentar (organizações e indivíduos) que beneficiam e contribuem para a transição para um SAT;

· Proporcionar espaços com uma cultura de entreajuda entre pares (dando continuidade a uma cadencia de encontros que permitem desenvolver relações mais próximas no território);

· Proporcionar espaços a esta rede para troca de experiências profissionais (presencial e online), para permitir mais partilha de boas práticas e de aprendizagens – um Erasmus territorial;

· Criar momentos presenciais de Assembleia Geral Territorial, para ajustar a visão coletiva do SAT e reativar possíveis sinergias;

### 6.2 Recomendações para Decisores Políticos

Durante a execução deste projeto participaram diversos decisores políticos e pessoas que os representam, em diversos momentos. Provavelmente um dos maiores desafios na transição para um SAT, para o contributo de quem gere este território ser construtivo, é o de todo o sistema associado a alimentação ser definido por outrem ou a outras escalas, que não a territorial. As atividades na agricultura são condicionadas e definidas pelos fundos que resultam de regras e decisões tomadas à escala europeia. A contratação pública de bens alimentares para cantinas de restauração coletiva, é definida por regras e decisões tomadas à escala europeia e nacional.

Outro desafio é a insuficiência de participação e de comunicação em rede, no sector alimentar local. São ainda exceção os projetos que envolvem holisticamente e transversalmente o setor agroalimentar.

Com a experiência ganha ao longo da execução deste processo / projeto, recomenda-se que sejam asseguradas as seguintes medidas nas diversas escalas de decisão política:

À escala europeia:

· As compras públicas de bens perecíveis devem privilegiar a produção local;

· Nas políticas agrícolas não podem existir incentivos a quaisquer produtos que impedem a regeneração dos solos (idealmente deveriam proibir ou pelo menos desincentivar pesticidas e fertilizantes químicos);

· Nas políticas agrícolas precisam de ser incentivadas práticas comprovadas, que fomentam a regeneração dos solos, com linhas de apoio financeiro;

À escala nacional:

· Agilizar a revisão do CPC, para apoiar todo o processo de transição para um SAT;

· Criar linhas de apoio financeiro para apoiar todo o processo de transição para um SAT;

· Eliminar os incentivos e apoios que interferem com a regeneração dos solos;

· Delegar na escala territorial a distribuição dos fundos que apoiam a regeneração dos solos;

· Incentivar mecanismos de decisão participativa;

· Incentivar biodiversidade para resiliência (idealmente proibir monoculturas);

· Recolher informação dos SAT para devolver aos decisores a escala europeia.

À escala local:

· Fomentar a participação ativa e contínua nas reuniões e momentos de Assembleias locais ou territoriais para entender os desafios e poder contribuir para a resolução dos mesmos;

· Devolver para a escala nacional toda a informação relevante que permite melhorar políticas;

· Assegurar apoios financeiros para as redes de atores territoriais poderem reunir e partilhar em continuidade;

· Investir em infraestruturas comunitárias (fornos comunitários, cozinhas comunitárias) e medidas de acesso a recursos renováveis e regenerativos (ex: sistemas solares térmicos para uso em cozinhas coletivas, sistemas fotovoltaicos distribuídos para resiliência comunitária, depósitos e sistemas de reciclagem de águas pluviais para usos adequados, etc.).

Knapp, J. G. (1930). "How Great Cities Are Fed". By W. P. Hedden. Boston: D. C. Health &

Co, 1929, Pp. 285. *The Journal of Business of the University of Chicago, 3*(2), 263–266.

Obtido em 19 de 11 de 2024

Lamine, Claire et al. (2019). Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas. Journal of Rural Studies 68, 159–170.https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.11.007

Ribeiro J., e Real, H. (2023). Literacia alimentar: construção de uma matriz baseada nos seus domínios e competências do processamento de informação. *Em* Acta portuguesa de nutrição 33 (2023) 22-26; http://dx.doi.org/10.21011/apn.2023.3305.

Rodrigo, I. et al. (2021). Guia geral de apoio à criação de circuitos curtos agroalimentares (CCA). Projeto Aproximar. Visto a 02 dezembro 2022, em https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/guia_geral.pdf.